



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Colégio de Procuradores de Justiça

Extrato 18 fevereiro

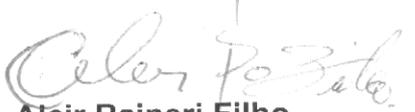
ATA DA 18ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Aos onze dias do mês de fevereiro de dois mil e oito (11.02.2008), às quatorze horas (14h), no plenário dos Colegiados, reuniu-se o Colégio de Procuradores de Justiça para sua 18ª (décima oitava) Sessão Ordinária. Registrou-se as ausências dos Drs. João Rodrigues Filho, em virtude de viagem a serviço da Corregedoria, Leila da Costa Vilela Magalhães, César Augusto Margarido Zaratin, José Demóstenes de Abreu, e Ricardo Vicente da Silva, por estarem em gozo de férias. Havendo número legal, o Presidente em exercício, Clenan Renaut de Melo Pereira, invocando a bênção de Deus, declarou aberta a sessão e o início do “ano ministerial”, congratulando a todos. A Dra. Vera Nilva Álvares Rocha requereu a palavra para parabenizar os colegas do primeiro concurso do Ministério Público pelos dezoito (18) anos na carreira, completados no início deste ano, informando a confecção de um *banner* com os nomes dos homenageados, que será colocado no *hall* de entrada do prédio. Em seguida, o Presidente deu conhecimento da **pauta**, que consistiu em (1) Apreciação de Ata; (2) Regulamentação do “pro labore” para pagamento de cursos realizados pelos Centros Integrados; (3) Relatório Anual das atividades dos Centros Integrados; e (4) Outros. Dando início aos trabalhos, foi apreciada e aprovada sem emendas a **Ata da 17ª Sessão Ordinária**, por unanimidade. Logo após, o Presidente apresentou o **Requerimento de Regulamentação do pro labore** para pagamento de cursos realizados pelos Centros Integrados, encaminhado pela sua Coordenadora, Dra. Vera Nilva, onde os valores das horas/aulas estão sugeridos tendo como parâmetro a tabela do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins. Debatida a questão, restou deliberado, à unanimidade, o acolhimento provisório dos valores sugeridos, cuja tabela deverá ser regulamentada por ato do Procurador-Geral, e a remessa da proposta para a Comissão de Assuntos Administrativos, visando um estudo mais aprofundado antes da regulamentação definitiva, por este Colegiado, do *pro labore* para pagamento de cursos realizados pelos Centros Integrados. Em seguida, a Dra. Vera Nilva requereu a palavra para convidar os Procuradores

de Justiça para o curso de Execução Orçamentária, que será realizado pelos Centros Integrados. Aproveitando a oportunidade, o Dr. Clenan parabenizou a Dra. Vera Nilva pelo curso que proporcionou a elaboração do orçamento do Ministério Público para este ano, ressaltando, inclusive, que o trabalho foi bastante elogiado pela Fazenda Pública Estadual. Dando continuidade, o Dr. Marco Antônio Alves Bezerra informou que a Comissão de Assuntos Institucionais pretende visitar as promotorias de justiça do Estado, com o intuito de levantar dados para a fixação de atribuições, tendo em vista as disposições da nova lei orgânica, concitando os membros do Colegiado a remeter sugestões para a comissão. Logo em seguida, o Presidente alertou sobre o prazo de noventa (90) dias, a partir da publicação da nova lei orgânica, para correção de erros materiais. Debatida a questão, restou aprovado, à unanimidade, que todos os membros do Ministério Público serão chamados, via e-mail, para colaborar com este trabalho, encaminhando suas sugestões antes do término do prazo legal. Nada mais havendo, o Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente sessão às quinze horas e quinze minutos (15h15min), do que, para constar, eu, Elaine, Elaine Marciano Pires, lavrei a presente, que, após lida, aprovada e assinada, será encaminhada para publicação.



Clenan Renaut de Melo Pereira



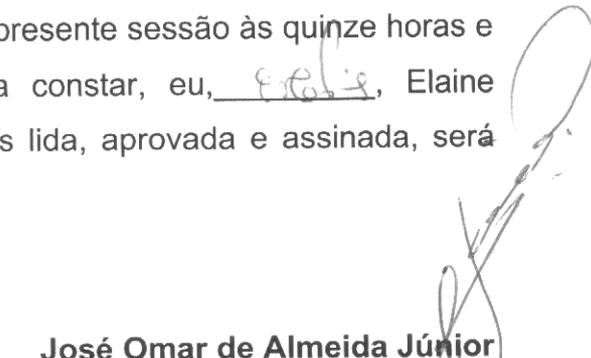
Alcir Raineri Filho



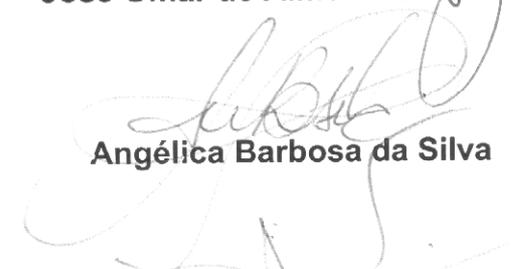
Vera Nilva Alvares Rocha



Elaine Marciano Pires



José Omar de Almeida Júnior



Angélica Barbosa da Silva



Marco Antônio Alves Bezerra